



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEDESE/CONEPIR - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial

Ata

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CONEPIR/MG – 21 DE MAIO DE 2025

PRESIDENTE: CLÉVER MACHADO

No dia 21 de maio de 2025 foi realizada virtualmente a Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR/MG), realizado por meio do Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OGNkZWVmNzYtZGZkZi00NjE3LWI2ZTMtNTc1OGVhMmZmOGYx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e5d3ae7c-9b38-48de-a087-f6734a287574%22%2c%22Oid%22%3a%22e1d45e4a-5248-45b4-a77b-821a5b9ac964%22%7d. O

presidente Cléver Machado iniciou a reunião plenária às 14h e 15min cumprimentou a todos e a todas agradecendo a presença. Pediu a secretária executiva Elenir para fazer a chamada dos conselheiros presentes a fim de verificar o quórum e relacionar os nomes daqueles que justificaram ausência. A secretária executiva Elenir pediu a técnica Gislene Ramos procedesse à chamada para instalação do plenário com a presença da maioria qualificada exigida, conforme o Regimento Interno, Art.16 - §4º - O Plenário instalar-se-á e deliberará com a presença de, no mínimo, metade mais um dos Conselheiros Titulares ou Suplentes no exercício da titularidade, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento que requeiram quórum qualificado ou especial. **Representantes Governamentais Conselheiros (as):** 1) **Cleber Machado** (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos); 2) **Ana Caroline Valeriano** (SEDESE/Espportes); 3) **Amanda Pereira dos Santos** (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); 4) **Nayara de Castro Dias** (SECULT); 5) **Ciro César de Carvalho** (SES); 6) **Érika Cristiane Inácio Salgueiro** (SEJUSP); 7) **Alexssandra Cândida da Silva** (SEAPA); 8) **Liliane da Conceição Rosa da Silva e Patrícia Regina dos Santos Meireles** (SEE) **Representante Sociedade Civis Conselheiros (as):** 1) **Adjanir Silva** (representando o Movimento Unificado Negro de Divinópolis); 2) **Maria Eunice Ferreira Gama** (representando a Fundação Conscienciarte); 3) **José Antonio Ventura** (Associação Cultural Afro-brasileira Vovó Ana) 4) **Luana Paulino Amarante** (Indômitas Coletiva Feminista); 5) **Glaucia Cristine Martins** (Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango); 6) **Paixão Sessémeandê Paixão Ferreira** (Rede Afro LGB MG). I - **Justificativas dos conselheiros (as) ausentes:** 1) Fátima Cristina Pinto (SEDESE/SUBAS); 2) Ana Paula de Jesus (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); justificaram previamente suas ausências. II – **Convidados:** Ana Rita Lopes Pereira (Técnica da Diretoria de Apoio aos Órgãos Colegiados); Lusciméia Reis (referência em fortalecimento financeiro sistêmico); Carla Carneiro (UEMG). III - **Suporte Técnico:** Elenir Rios, secretária executiva do CONEPIR/MG, Judite Vieira e Gislene Ramos técnicas da secretaria do CONEPIR e Wallison Francisco Gomes (CTIC/CDH/SUBDH). IV - **Verificação do quórum:** Às 14h20, foi constatado o quórum regimental com a presença de 14 conselheiros (as). Em seguida, a presidente Clever fez a leitura e aprovação da pauta. V- **PAUTA:** 1) Apresentação das Propostas Priorizadas pela Etapa Estadual V COEPIR de Minas Gerais, (comissão organizadora da conferência); 2) Apresentação do Projeto de fortalecimento financeiro para cumprir ODS 18 (população negra, quilombolas, indígenas, ciganos, matriz africana e povos tradicionais); 3) Encerramento. O presidente colocou em votação a aprovação da pauta que foi aprovada por todos conselheiros (as). **Aprovação da ata da reunião anterior.** O presidente pergunta se alguém quer acrescentar algum ponto nessa ata ou excluir? Por favor, levante a mão quem quiser fazer alguma consideração, como ninguém se manifestou a ata foi aprovada por todos (as). O presidente Clever diz que a apresentação das propostas prioritárias para a etapa estadual da V conferência de Minas Gerais, será

apresentada pela convidada Carla Carneiro C. M. Paiva da comissão organizadora da conferência que irá também apresentar na Conferência da etapa nacional - CONAPIR. A Sra. Carla cumprimenta a todos e diz que está como convidada do CONEPIR e que integrante também da comissão organizadora da V COEPIR. Tivemos como tarefa organizar as propostas priorizadas para a etapa nacional. Nós tivemos mais de 70 propostas e de forma geral 15 propostas deveriam ser priorizadas a nível estadual e 15 a nível nacional. Vou compartilhar a tela para passar para vocês a apresentação das propostas e as justificativa a respeito de cada uma delas e porque elas foram priorizadas dentre tantas outras opções. A presente nota técnica tem por finalidade encaminhar a comissão organizadora nacional da quinta conferência nacional de promoção da igualdade racial, V CONAPIR, as propostas priorizadas pelo estado de Minas Gerais em atendimento a resolução número 43/02/2025. Nós tínhamos 75 propostas e foi considerado que se elas se encaixassem dentro dos sub eixos propostos na nova resolução, não teríamos que realizar outra Conferência e evitaria a perda da construção realizada pelo coletivo e selecionadas com base em critérios técnicos e políticos assegurando coerência com o tema central da V CONAPIR: igualdade, democracia, reparação e justiça racial , considerando a relevância social, o potencial de impacto estruturante, a viabilidade técnica e jurídica. As propostas muito teóricas e de difícil execução, não foram priorizadas, pois do ponto de vista seria quase impossível de execução. Ficaram as propostas que pudessem ser efetivamente implementadas com clareza de objetivo, com possibilidade de monitoramento da ação e contribuição concreta para a superação das desigualdades raciais no Brasil. Foram também levado em conta as propostas inovadoras que atuassem sobre lacunas históricas das políticas públicas e que dialoguem com os temas emergentes, ou seja, aquelas mais atuais, como justiça climática, racismo religioso, autonomia territorial e a reparação econômica. Conforme as diretrizes da última resolução, 15 propostas foram priorizadas em cada unidade federativa, sendo 05 por eixos temáticos: 05 em democracia. 05 em justiça racial e 05 em reparação, totalizando as 15 propostas priorizadas a nível estadual. Foi mantido o texto da proposta na íntegra. Proposta: Promover a regularização fundiária dos territórios tradicionais, sob responsabilidade do estado, está no eixo democracia, sub eixo de estratégias para promoção da justiça climática e a superação do racismo ambiental por meio de políticas integradas de infraestrutura sustentável. Escolhemos essa proposta porque ela promove a regularização fundiária dos territórios tradicionais e está diretamente ligada à justiça climática, a superação do racismo ambiental, pois envolve reconhecimento de direito a terra e à permanência em territórios historicamente ocupados por populações de vulnerabilidades, promovendo sustentabilidade, proteção ambiental e garantia de direitos, então é uma proposta estruturante. A proposta de regularização dos territórios tradicionais foi entendida como sendo a prioritária. Desautorizar o licenciamento de atividades minerárias nos territórios tradicionais. Essa é uma proposta muito clara e protetiva frente à pressão do extrativismo. É uma medida concreta de justiça climática. Proposta: Criar um canal de diálogo para oitiva das comunidades atingidas pelo cumprimento das legislações através da consulta prévia, como por exemplo: as comunidades atingidas por empreendimentos como construtoras, agronegócios, mineradoras, dentre outras, que causam impactos. Observação, antes da autorização municipal em favor desses empreendimentos esta proposta assegura os direitos internacionais reconhecidos e protege as comunidades de violações ambientais, culturais e territoriais. Proposta: Fomentar os programas de proteção aos defensores de direitos humanos e ambientais através de recursos financeiros, bem como atendimento especializado, regulamentação e fiscalização em favor dos povos, comunidades tradicionais atingidos pelo Rodoanel, Serra do curral, mineradoras, construtoras e demais empreendimentos. Essa proposta responde a crescente violência contra lideranças ou reconhecimento do valor patrimonial e humano dessas comunidades. Estou vendo que eu não coloquei o número da proposta do lado, fica melhor para visualizar. Acabei de ler a proposta de número 26. A proposta de número 65 é viabilizar a transferência de recursos fundo a fundo para ações de promoção da igualdade racial e étnica no município, ordenadas pelos conselhos municipais. Essa é uma ação que garante a execução efetiva das políticas na ponta, onde as desigualdades promovem a descentralização. É uma proposta estrutural também. No eixo justiça racial, nós tivemos a priorização da proposta número 02, que é construção de uma política segurança pública antirracista, para promover, garantir, fomentar as ações de formação interdisciplinar, interseccional, obrigatório, compulsória dos policiais, e dos agentes de segurança pública. Enfim, é uma proposta muito completa, com o objetivo de erradicar a incidência da violência contra a população negra, a ser realizadas pela SEDESE e demais secretarias de estado, em parceria com o CONEPIR, universidades, instituições de ensino superior e com a sociedade civil. Ela se desenvolve em etapas. Ampliar a ouvidoria geral do estado de Minas Gerais para facilitar o atendimento, as denúncias de racismo, racismo religioso e outras formas de discriminação sofridas pela comunidade LGBT LGBTQIAPN+, pessoas idosas e com deficiência. Ampliar e criar novas

delegacias especiais de repressão aos crimes de racismo, racismo religioso, etnocídio e outras formas de discriminação, garantir atendimento psicológico efetivo por meio de programas de saúde mental, humanizado com viés antirracista. Criar comissão com representantes da sociedade civil, governo e polícia militar para revisar manual de conduta da polícia militar quanto a racismo e abordagens em periferias. Então, estamos no eixo de justiça racial, sub eixo, segurança pública, desafios no enfrentamento à violência contra a população negra e comunidades quilombolas. Esta é uma proposta muito robusta, por isso foi priorizada. Ela é inter setorial e estruturante, atua diretamente no combate a violência institucional contra a população negra e periférica, a segurança pública, saúde, direitos humanos e participação social. Então essa é uma proposta que entendemos como prioritária, no eixo de justiça racial. A proposta número 03 é elaborar o plano de ação voltado para escolas estaduais no acolhimento, reparação e apoio epistemológico das vítimas de racismo e fiscalização dos crimes de discriminação e racismo religioso no espaço escolar e garantir a aplicabilidade das leis específicas, bem como a preservação do estado democrático de direito. Então, é uma estratégia de execução e permanência das políticas públicas, das políticas de educação para a população negra, atua diretamente no ambiente escolar. Foi um foco em reparação, fiscalização, aplicação de leis antirracistas, e isso contribuem para transformar as escolas em espaços seguros e justos. É um tema extremamente importante, então, é uma proposta no sentido de assegurar uma regulamentação em lei para que os professores e trabalhadores da educação possam participar de formações antirracistas durante a jornada de trabalho, com carga horária definida e continuada, em serviço da injustiça racial, é uma estratégia de execução e permanência das políticas de educação para a população negra. É uma proposta que propõe mudanças na cultura institucional da educação, garantido formação contínua durante a jornada, o que impacta diretamente a formação de cidadãos e jovens, porque a formação continuada em serviço, não é opcional, ela é obrigatória. Proposta de número 60: prevê recursos financeiros para fomentar pesquisas do saber popular em saúde da população negra, indígena, quilombola e povos tradicionais para avanço nas práticas integrativas e complementares em saúde. Esta proposta está no eixo para efetivação das políticas de saúde da população negra. É uma proposta que inova ao promover saberes tradicionais e práticas integrativas em saúde, contribuindo para a equidade no SUS e valorização do conhecimento ancestral, negro e indígena. A proposta de número 66 também está neste eixo. Trata se de introdução do quesito raça cor em todos os cadastros e formulários que alimentem as bases de dados estaduais e municipais para gerar relatórios e diagnósticos sobre desigualdades raciais. Está no sub eixo estratégias de execução e permanência das políticas de educação para a população negra e é uma ferramenta fundamental para monitoramento, diagnóstico e formulação de políticas públicas antirracistas baseadas em dados coletados. Vamos passar agora para o eixo reparação ainda dentro do âmbito estadual. Proposta de número 41: apoiar de forma efetiva as religiões de matriz africana e casas de terreiro, promovendo atividades permanentes de conscientização, campanhas educativas, oficinas, eventos públicos de valorização, respeito, desconstrução de preconceitos, estereótipos como estratégia de enfrentamento ao racismo religioso. É uma ação que está no sub eixo de ações para fortalecimento ao enfrentamento do racismo religioso nas políticas. É uma ação que tem potencial educativo e cultural, fortalecendo identidades, tradições e a convivência religiosa no estado. Proposta de número 42: estabelecer e executar um plano estadual de políticas públicas de defesa aos povos de terreiro. O plano, em conjunto com a Secretaria de estado de Justiça e Segurança Pública será direcionado ao combate a crimes relacionados à intolerância religiosa e à defesa e proteção dos direitos dos povos de matriz africana, com o objetivo de assegurar o acesso a direitos e a promoção da tradição africana. É uma proposta de segurança pública com baixa intolerância religiosa e garantia de direitos fundamentais, atua diretamente no enfrentamento concreto ao racismo religioso, com foco na proteção institucional. Proposta de número 47: criação de centros de referência estaduais para povos comunidades tradicionais, a exemplos do CRAS, com o apoio financeiro do poder público, com objetivo de promover a cultura e os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Essa ação cria estrutura física e institucional permanente. É uma coisa tangível, com foco no atendimento, cultura e garantia de direitos territoriais e sociais. Proposta de número 61: garantir no mínimo 10% do orçamento do executivo estadual para financiamento das políticas públicas para os pobres das comunidades tradicionais e efetivar a criação do fundo estadual de reparação e promoção da igualdade racial. Está inserido no sub eixo das políticas tributárias para a população negra, para os indígenas e quilombolas e povos ciganos. É uma proposta estruturante e orçamentária, pois sem recurso, não tem como a gente fazer política e garantir viabilidade real para que as demais políticas aconteçam, sendo essencial para a efetivação das ações de reparação. Proposta de número 67: garantir a efetivação dos jovens aprendizes negros e pardos no mercado de trabalho, por meio das ações afirmativas baseadas em comissões de hétero identificação e

a efetivação nas empresas com no mínimo de 30% dos participantes contratados, permitindo a continuidade de suas carreiras. Essa proposta contribui diretamente para a justiça econômica e reparatória ao buscar romper com o ciclo de pobreza, exclusão e desigualdade que historicamente afetam a juventude negra no Brasil. Passarei agora para as propostas a **nível nacional** e começaremos novamente nos 03 eixos. Eixo número 01 da democracia. Proposta número 30: efetivar a demarcação dos territórios indígenas, quilombolas e ciganos, garantindo o direito de pertencimento ao território aos povos tradicionais. Começamos também a nível estadual com esta proposta de demarcação de território buscando sempre uma coesão entre as propostas estadual e nacional para que as políticas tenham continuidade. A proposta de demarcação de territórios é à base dos direitos coletivos e da proteção territorial, sem ela as comunidades seguem vulneráveis ao racismo ambiental, a grilagem e o deslocamento forçado. Essa é uma proposta estruturante. Proposta número 68: garantir o percentual de 50% das vagas de cargos de gestão em órgãos públicos, comissão e função gratificada, assessoramento em todas as esferas do governo para pessoas pretas, pardas, indígenas. Esta é a do sub eixo desafios da participação negra nos espaços de poder público, que é uma proposta ousada e concreta de equidade racial no poder institucional e atua diretamente sobre a sub-representação nos espaços de decisão. Proposta número 73: construir e apoiar a frente parlamentar negra e de povos tradicionais para garantir a presença política nas pautas negras, quilombolas, indígenas, ciganas, circenses e de imigrantes. Achamos muito adequada para o eixo democracia para o fortalecimento da pauta negra no legislativo, garantindo a representação política qualificada promovendo o avanço legislativo nas pautas antirracistas. Proposta número 75: viabilizar a transferência de recursos fundo a fundo para ações de promoção da igualdade racial dos municípios, coordenadas pelos Conselhos Municipais, garantindo um instrumento técnico financeiro fundamental para a execução e fortalecimento das políticas na ponta. Dialoga com uma das nossas propostas a nível estadual também. Proposta de número 76: fortalecer o conselho nacional de promoção da igualdade racial garantindo recursos para a realização da conferência nacional, com presença das delegações da sociedade civil, dos povos originários. Ela é uma proposta de fortalecimento do SINAPIR, que garante a estrutura e governança nacional da política de igualdade racial e garante continuidade nos espaços democráticos de deliberação. Passando para o eixo 02 justiça racial, propostas a nível nacional. Começamos com a proposta número 10: fortalecer os canais de denúncias contra o racismo e todas as formas correlatas de discriminação, para que além da ação de registro de crimes, sejam também informativos orientadores sobre como proceder. Está relacionada ao sub eixo de segurança pública. Vai além do registro, é uma proposta de que educa, orienta, acolhe e atua em prevenção e combate alinhado ao sub eixo de segurança e violência. Proposta número 17: disponibilização de material didático básico e infantil, direcionado e atualizado com base nas estereografias recentes focadas no protagonismo negro acerca das histórias da África, das Américas afro brasileiras, indígenas e povos tradicionais, construindo um resgate histórico colonial e suas continuidades em consonância com a lei 10639 e a lei 11645. Essa é uma proposta que complementa a proposta de número 57 que assegura o material pedagógico e exige que o MEC fiscalize a aplicação da lei 10639 como disciplina obrigatória, especialmente no novo ensino médio, efetivando o combate à intolerância religiosa no ambiente escolar. As propostas 17 e 57 se complementam, por isso estão no mesmo sub eixo. A proposta 57 toca no cerne da formação antirracista na escola. Proposta número 70: criar um canal de comunicação específico para denúncias de racismo, injúria racial e violações contra a população negra e povos tradicionais. É o Disque racismo, uma estratégia para política de comunicação antirracista, sendo uma proposta concreta de acesso direto à população, que amplia a resposta do estado às violações. Tem viabilidade técnica e garante impacto atuando diretamente na viabilidade, acolhimento e resposta institucional. Trata-se de uma ferramenta de comunicação pública essencial para a denúncia, mobilização social e combate ao racismo estrutural, articulando-se como uma política de comunicação antirracista eficaz. Finalizando o eixo 02, temos a proposta de número 74: capacitação continuada de profissionais de ensino religioso para lidar com manifestações religiosas africanas por meio de parcerias entre os ministérios da cultura, educação e desenvolvimento social. Esta é uma proposta estratégica para combater a intolerância religiosa nas escolas, promovendo o respeito à diversidade, atuando e atendendo os sub eixos. Vamos para o eixo 03 da reparação. Iniciaremos com a proposta de número 11, ela é fundamental para a criação do fundo federal de reparação em promoção da igualdade racial, com o objetivo de assegurar recursos de no mínimo 10% do orçamento da união para as políticas públicas específicas de enfrentamento ao racismo para a população negra, para as comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. É uma proposta estruturante, estratégica que garante o financiamento contínuo para todas as políticas reparatórias. Atua no sub eixo da política tributária, no fortalecimento das ações de estado.

Proposta número 15: garante contrapartida das pesquisas acadêmicas em retorno aos povos e comunidades tradicionais sobre os resultados das pesquisas reconhecendo esses povos como agentes sociais e não objetos de pesquisa, valorizando sua autonomia, cultura, conhecimento e saberes. Ela se encaixa no eixo 03, no campo de reparação cultural e garante uma devolutiva ética desses resultados, promovendo a valorização de saberes, autonomia, direito à informação. Entendemos como importante, uma vez que há muitas pesquisas sobre essas comunidades e muitas vezes não há devolutiva, não há retorno à comunidade, essas pesquisas não retornam com resultados. Proposta número 29: cria condições e incentiva ações estruturantes que garantem a permanência dos quilombos nos seus territórios. É uma proposta de reparação, ela é central em justiça territorial e histórica, garantido na sua demarcação dos territórios. Proposta número 31: incentiva o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades tradicionais por meio da celeridade da titulação de seus territórios. Proposta número 50: garantir a geração de renda fortalecendo os mecanismos institucionais para as pessoas que exercem suas práticas religiosas de matriz africana, com ações para fortalecimento e enfrentamento do racismo religioso nas políticas atuando na segurança, na garantia de direitos fundamentais, protegendo as comunidades historicamente atacadas, sendo uma medida urgente e necessária. Então essas foram as propostas priorizadas. Nessa nota técnica, estão todas as propostas priorizadas e detalhadas pela etapa estadual em Minas Gerais. As propostas priorizadas de abrangência nacional não tem uma nota técnica, ela informa sobre a compatibilidade das propostas considerando o disposto do artigo 21 do parágrafo 06 da resolução 43. Reforçamos que as propostas priorizadas pelo estado de Minas são compatíveis com o tema central da V CONAPIR e foram rigorosamente alinhadas com seus respectivos eixos e sub eixos temáticos. Sendo assim não há necessidade de refazermos essa etapa, nossas propostas se encaixam perfeitamente com as da V CONAPIR. Comunicamos ainda que os delegados eleitos da conferência estadual serão mantidos para a etapa nacional, com exceção de casos de substituição por perda de vínculo institucional, falecimento ou impeditivo justificado, respeitando os critérios de paridade, diversidade, representatividade, previsto no regimento interno. Serão mantidos os delegados e faremos apenas pequenas substituições só para adequar essas questões informadas aqui. Dessa forma, as propostas foram democraticamente debatidas, deliberadas e priorizadas pela etapa estadual da V COEPIR e refletem o acúmulo histórico das lutas dos povos negros, indígenas, quilombolas, ciganos e demais povos, comunidades tradicionais por justiça, reconhecimento e reparação. Solicitamos que essas propostas sejam recepcionadas e consideradas pela comissão organizadora nacional da V CONAPIR para compor o documento final da conferência. Alguma dúvida, contribuição, ou alguém discorda de alguma proposta e ou gostaria que priorizássemos outra. Fiquem à vontade para consideração. Obrigada. O presidente Clever agradece a palestrante Carla e pergunta se alguém quer se posicionar a respeito das propostas apresentadas. A conselheira Nayara diz ter uma dúvida sobre a possibilidade em ter os dados destes estudos e pesquisas que contempla a proposta, ou seja, somente as entidades que vão fazer a pesquisa deterão acesso à informação ou se serão repassados também para algum conselho de promoção de igualdade racial ou para alguma Subsecretaria ou algum órgão de promoção da igualdade racial para que o nosso povo, nossos estudantes queiram consultar, pois informação também é valor, obrigada. A convidada Carla diz que a proposta é garantir contrapartida das pesquisas, e a outra proposta é garantir recursos para que as pesquisas sejam realizadas e não diz necessariamente onde essas pesquisas serão armazenadas e no teor da proposta em si não está previsto quem vai controlar. Nós tivemos uma conferência e não podemos alterar o conteúdo da proposta original, que já foi aprovada anteriormente. A conselheira Nayara diz que foi só preocupação, pois informação e pesquisa são valores. O presidente Clever pergunta se podemos aprovar o que a Carla apresentou. Quem manifestar ao contrário, levante a mão, como ninguém levantou a mão, podemos aprovar da forma que a comissão organizadora trabalhou o texto, então fica aprovado o documento da forma que foi apresentado pela Carla. Vamos encaminhar para a comissão organizadora nacional o texto aprovado. O presidente agradece a convidada Carla pela colaboração, pelo trabalho excelente que foi desenvolvido e da forma que comissão organizadora conduziu e comenta a falta em não ter a cadeira da UEMG no CONEPIR e pleitear a Carla como conselheira, pois sempre foi uma pessoa que lutou desde quando trabalhou na diretoria de igualdade racial, sendo comprometida com a questão racial, mais uma vez muito obrigada. Carla manifesta agradecendo pela oportunidade em contribuir. Hoje nós temos na UEMG a Coordenadoria de assuntos comunitários e ações afirmativas onde ocupo o lugar e acho importante termos uma cadeira da instituição universitária no CONEPIR atuando e contribuindo com este conselho. Agradeço e me coloco a disposição. O presidente Clever passa para o segundo e último ponto de pauta, que é a apresentação do projeto de fortalecimento financeiro para cumprir ODS18 população negra, quilombola, indígena, ciganos, matriz africana, povos tradicionais. Passo a palavra para

a palestrante Lusciméia Reis que fará a apresentação. A sra. Lusciméia agradece ao presidente Cléver pelo apoio e pela ajuda em trazer esta pauta para dentro da realidade do conselho. Agradeço também a Elenir que foi muito atenciosa comigo. Quero dizer que meu intuito é incentivar boas práticas ambientais, sociais e de governança para o desenvolvimento socioeconômico do nosso país através da educação financeira. Irei compartilhar com vocês sobre autonomia financeira, acesso ao microcrédito, competitividade no mercado através da internacionalização de carreira e negócios, desenvolvimento de habilidades associativista e cooperativista, construção de estratégias coletivas não só no âmbito presencial mas também através das plataformas digitais, inovação, diversidade e fortalecimento da democracia como um todo. Vou abrir a tela para que tomem conhecimento do Projeto. A proposta é levarmos um projeto de prosperidade com identidade, trazendo a importância da longevidade financeira e da aposentadoria sustentável, mas dentro de um viés focado não só no campo das cédulas, mas também do alto conhecimento sistêmico financeiro, que é a pauta do nosso compromisso com o futuro, nossa longevidade, do nosso envelhecimento sustentável, do nosso bem-estar financeiro e da nossa qualidade de vida. Então trago essa proposição do compromisso com autoconhecimento financeiro sistêmico, exatamente porque é o que trabalhamos. Passarei primeiro antes das planilhas, pensar no método de educação financeira, olhar o modelo de dinheiro, das memórias financeiras que nós temos, da nossa história com dinheiro. E aqui eu trago algumas experiências. Hoje sou especialista em autoconhecimento do sistema financeiro. Sou educadora e terapeuta financeira em vários projetos, entre eles trabalho o fortalecimento financeiro de comunidades através do projeto Vila Sésamo. Trabalhamos também com o PAI, que é o programa de Assistência Integral a Atingidos e Indemnizados, como por exemplo, voltado para áreas de rompimento de barragens, assentamentos. Fizemos um projeto em Moçambique e em Angola também voltado para trabalhar a reforma da aposentadoria sustentável com as mineradoras de lá que apoiam os projetos de empreendedorismo pós aposentadoria, já que os recursos da aposentadoria nem sempre são suficientes para bancar o estilo de vida daqueles que são aposentados. Esse processo segmentado para a diversidade social é trabalhado com métodos de educação financeira, que é o método DSOP- diagnosticar, sonhar, orçar e poupar- e nele trabalha um pouco com a quebra de paradigmas na maneira de olhar para o dinheiro, na maneira de olhar o programa- PAI. No país que estamos e que atua com o cartão de crédito parcelado, que é uma cultura que não tem em outros países, tem que se criar uma estratégia mais assertiva de realização de sonhos a curto, médio e de longo prazo. Trabalhamos com várias ferramentas, entre elas a anamnese, memórias financeiras, fluxo da prosperidade, sempre pensando em fomentar o amadurecimento pessoal, profissional e financeiro na pessoa física e na pessoa jurídica, porque entendemos que estamos atuando em todas as áreas da vida dos participantes do projeto. Ele passa por palestras ou workshops dependendo, obviamente do projeto e do recurso que é aportado. Existe toda uma trilha que primeiro passa por uma palestra de sensibilização, porque geralmente, quando estamos aplicando o projeto no interior, tentamos calibrar o volume maior de pessoas para entender quantas delas tem perfil para serem multiplicadores, porque nós vamos tirar 30% de pessoas com perfil para se tornarem transformadoras de impacto daquela região. Até porque nós vamos cuidar primeiro dessas pessoas, desses multiplicadores, para que depois esses multiplicadores consigam cuidar lá na ponta dos seus stakeholders. Entregamos todo o material didático para que essas pessoas possam estudar e aplicar de uma forma prática na sua própria vida, porque o autoconhecimento é uma vida de descobertas. Em seguida, vamos para terceiro workshop voltado para empreendedorismo com viés de estratégias colaborativas, através da visão dos ODS, responsabilidade ambiental, responsabilidade social, maturidade fiscal e governança corporativa. Mostramos a importância da defesa dos 18 ODS dentro dele, como trabalhar com os editais, projetos para poder fazer a captação de recursos. Em seguida, a gente trabalha o Workshop de construção de redes de prosperidade para impacto social, porque a intenção é que esse grupo se organize em células, através de um ecossistema, óbvio que, dependendo da escolaridade do grupo, da maturidade associativista e cooperativista do próprio grupo, que se descobre ao longo dos workshops. Mas a intenção é que eles tenham independência para dar continuidade ao processo sem que estejamos ali na ponta, já que a ideia é fazer outras formações, com outros multiplicadores para atuarmos em outras regiões, para que o processo aconteça em vários lugares simultaneamente. Por fim, vamos trabalhar a culminância do projeto, que é a celebração festiva discutida junto com o grupo, porque é o grupo que vai definir qual será a celebração. Ela pode acontecer através de feiras de negócios, através de missões empresariais, através de missões segmentadas, ou mesmo a culminância pode ser para oficializar que daquele momento em diante tem ali um grupo organizado de mulheres negras, ou da economia criativa da moda, ou brechós, o fato é que não sabe qual vai ser o viés do grupo. Diante de toda a informação repassada vejo a possibilidade de vocês ajudarem na aprovação do projeto através do

conselho, pois a nossa intenção é exatamente que este projeto educador seja financiado por Minas Gerais. Agradeço demais a atenção de terem me ouvido e abro para vocês tirarem as suas dúvidas sobre o projeto e também para contribuições. O presidente Clever agradece e quem quiser fazer inscrição para perguntas e considerações podem levantar a mão. A conselheira Nayara levanta a mão e diz que não entendeu como a palestrante Lusciméia chegou até o conselho. Não compreendi muito bem se foi uma contratação do estado ou se foi um convite, e se iremos trabalhar conjuntamente nesses para ganhos para o conselho. Obrigada. O presidente Clever responde que ficou conhecendo a Lusciméia através de uma amiga em Montes Claros, que me falou sobre o projeto dela e então pensei que pudesse apresentar ao conselho e pensar uma forma de garantir que o projeto chegue até as comunidades tradicionais, e população preta. A convidada Carla pediu a palavra e diz que a minha pergunta está muito relacionada com o que você apresentou sobre a culminância do projeto concluído com uma festividade, uma comemoração. Gostaria de compreender melhor qual é o produto final que o projeto entrega. Senti falta de algum produto, algo tangível, algo concreto, que fique para essas comunidades posteriormente. A palestrante agradece a Carla, pela sua dúvida, vou pegar um exemplo para você entender. No município de Conceição do Mato Dentro existe um movimento de mulheres independentes de vários setores, desde artesãs até empresárias lojistas da cidade que queriam se articular, se organizar para terem uma rede de negócios. Meu trabalho foi fazer essas mulheres andarem juntas, se autoconhecerem, se entenderem e optarem em serem associadas. A associação comercial de Conceição do Mato Dentro abraçou esse grupo de mulheres e dentro desta associação comercial foi feito o lançamento das Eloás empreendedoras com a presença do prefeito, vereadores e pessoas de setores estratégicos da mineradora Anglo América iriam para apoiar financeiramente o empreendimento. O grupo das Eloás empreendedoras criou primeiro entre eles uma estrutura, uma regra de conduta para dar continuidade às ações. Elas conseguiram aprovar emendas para obter recursos para outras formações que se faziam necessários, como marketing digital para aprenderem divulgar o próprio produto. Participaram do fórum estadual de mulheres empreendedoras de Minas Gerais, de movimentos nacionais como Liberdade para empreender e juntas desenvolveram a ideia em captar recursos com o envolvimento de todo grupo das Eloás empreendedoras. A convidada Carla perguntar se tem um público específico de alguma comunidade predeterminado ou está em aberto. A palestrante diz que esse projeto associativista tem uma base municipal, que são as associações comerciais municipais, que tem uma base estadual, que são as federações. No caso específico do conselho vocês é que vão me mostrar um pouco de como funcionaria porque depende muito de engajamento, que hoje é a moeda de troca mais importante, às vezes até mais que a captação de recursos. O desafio é ter um número de pessoas para poder entregar um resultado bonito e efetivo para quem está envolvido no investimento. O presidente pergunta se alguém gostaria de contribuir. A conselheira Nayara diz que gostaria de saber sobre a parte do empreendedorismo, da inovação social, que é uma parte que inclusive faz parte dos meus estudos acadêmicos. Gostaria de saber como vocês pensam em trazer uma linguagem porque os startups de inovação tem uma linguagem própria. Você tem uma proposta para podermos trabalhar em conjunto para atingir essa capilaridade do nosso público. A palestrante responde que a nossa linguagem não é tão sofisticada porque, como comentei, onde atuamos atendemos desde um CPF que não tem nem perspectiva ainda de ser um MEI, ou seja, às vezes ela se formaliza com apoio e parceria tanto da associação comercial quanto do Sebrae, que sempre apoia o caminhar dos grupos com a formalização. Então esse projeto está lidando muitas vezes com comunidades de roça, de lugarejos em que às vezes o estudo é bem precário, onde o analfabetismo funcional é simultaneamente a questão do letramento e mesmo sendo simples, eles entendem como é que o sistema funciona. A convidada Carla diz perceber a potência que tem esse projeto e quando você fala do público, as nossas comunidades se encaixaria na sua fala. Instrumentalizar e apoiar o que tem de oportunidades para eles que muitas vezes nem se sentem como sujeitos de direitos dessas oportunidades ou sequer sabem que elas existem. O que deveríamos fazer é exatamente de ir até as comunidades tradicionais para orientar quanto aos direitos que possuem. A palestrante Lusciméia agradece a Carla, e diz ter comentado com o Cléver, que para mim não é difícil de compreender esse povo porque todas as vezes que eu estou trabalhando com a educação financeira vejo que está tão latente a necessidade do autoconhecimento junto com uma boa educação financeira de comportamento para essas pessoas, como o cuidar e falar de sonhos. A conselheira Nayara diz para a palestrante que a sua fala foi interessante em tratar o autocuidado, ainda mais com relação à pobreza. E como você disse, educação financeira é excelente para além da conscientização, para o além do acolhimento. Então assim vai ser muito importante mesmo o seu trabalho. A palestrante Lusciméia agradece a Nayara pela sua contribuição e também da Carla. Minha causa é a educação financeira, vou aprender a linguagem, as defesas e advogar pelo nosso povo junto com vocês e vamos humildemente

descobrir como fazer porque ainda não sabemos como fazer. Temos um formato de algo que funcionou em outros lugares, que conseguiu captar recursos em outros lugares. Mas aqui nós vamos ter que descobrir e conto com vocês. O presidente Clever agradece a Lusciméia e diz ter certeza que seu projeto ficou de para casa para todos os conselheiros pensar, pois há vários caminhos, como por exemplo as emendas parlamentares e os editais, que provavelmente deve sair ainda este ano. Vou conversar na SEDESE com as pessoas que trabalham com a questão do empreendedorismo, do associativismo, para eles possam trabalhar junto com você e financiar o trabalho seu. Com relação ao nosso público alvo que são os povos tradicionais, os quilombolas, indígenas, população negra, matriz africana, acho que é fundamental caminhar com o trabalho que você desenvolve e acho também que poderia ser desenvolvido junto aos conselheiros de promoção da igualdade. Obrigado pela disponibilidade em trazer sua experiência e vamos continuar com conversando. Lusciméia agradece ao Cleber, Nayara e Carla com as suas contribuições e indagações, e quanto ao projeto também posso manda-lo para vocês. A conselheira Nayara pede a palavra e diz que está na Comissão Eleitoral do CONEPIR e estamos precisando de sua ajuda presidente Clever, pois você tem um ótimo relacionamento com algumas associações e comunidades regionais, caso possa por gentileza fazer contato com as associações ou com a Valdinalva, com os israelitas, com os indígenas, para que se inscrevam como eleitores, pois só temos uma associação eleitora. A secretaria executiva Elenir pede a palavra e diz que sobre a divulgação foi elaborado um ofício e encaminhado para todas as Secretarias Estaduais solicitando a divulgação nos sites, nas mídias de cada uma delas sobre a prorrogação da eleição da sociedade civil que vai até o dia 27/06, publicada no diário oficial Minas Gerais. O presidente Clever diz que fará as articulações com as associações, a partir de amanhã mesmo. Bom, não tendo mais ninguém para contribuir nem informar, vamos concluir a nossa reunião plenária às 16h00minh e 06 minutos. Muito obrigado a todos e todas e até a próxima reunião plenária. Forte abraço.



Documento assinado eletronicamente por **Glaucia Cristine Martins de Araujo Caetano**, **Usuário Externo**, em 03/07/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paixão Sessêmeandê**, **Usuário Externo**, em 03/07/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Pereira dos Santos**, **Servidor (a) Público (a)**, em 03/07/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara de Castro Dias**, **Servidora Pública**, em 03/07/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adjanir Silva**, **Usuário Externo**, em 04/07/2025, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Cristiane Inácio Salgueiro**, **Servidora Pública**, em 04/07/2025, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado**, **Diretor(a)**, em 10/07/2025, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline Valeriano Silveira Simões, Servidor(a) Público(a)**, em 24/07/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116798999** e o código CRC **EDFA33C8**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001606/2025-58

SEI nº 116798999